



Am
Page

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTIJO

ACTA Nº. 25/06

DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE SEIS DE DEZEMBRO DO ANO DOIS MIL E SEIS

Aos seis dias do mês de Dezembro do ano dois mil e seis, nesta cidade de Montijo, nos Paços do Município, compareceram para a reunião ordinária, os membros desta Câmara Municipal, os Excelentíssimos Senhores:-----

PRESIDENTE: MARIA AMÉLIA MACEDO ANTUNES

**VEREADORES: JOSÉ HENRIQUE SERRA DA GRAÇA
LUCÍLIA MARIA SAMORENO FERRA
MARIA CLARA DE OLIVEIRA DA SILVA
NUNO ALEXANDRE CAMACHO CABRAL FERRÃO
NUNO MIGUEL CARAMUJO RIBEIRO CANTA
RENATO JOSÉ DINIS GONÇALVES**

Às dezassete horas e trinta e três minutos com a presença da Assistente Administrativa Principal da Divisão de Gestão Administrativa do DAF, D^a. Odete Isabel Correia dos Santos Jorge, a Senhora Presidente da Câmara assumiu a Presidência e ocuparam os seus lugares os respectivos membros presentes.-----

Em seguida procedeu-se à apreciação dos assuntos referentes ao período de

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Vereador Serra da Graça leu a seguinte Declaração: “No passado dia 25 de Novembro decorreu no salão de festas da Banda Democrática a sessão de apresentação do Volume I do Livro *Visitações e Provimientos da Ordem de Sant’Iago em Aldeia Galega de Ribatejo*, promovida pelo autor o historiador Mário Balseiro Dias. Esta obra, que abrange a publicação das visitas realizadas de 1486 a 1537, traz ao nosso conhecimento documentos importantes para o melhor conhecimento da história de Aldeia Galega.”--
A Senhora Presidente deu conhecimento à Câmara dos Despachos proferidos ao abrigo das competências que lhe foram delegadas relativamente ao pelouro de que é titular, no período compreendido entre 20 e 30 de Novembro de 2006: - Licenças Administrativas: 5; - Autorizações Administrativas: 8; - Alterações: 3; - Certidões: 4; - Licenças de Utilização: 4; -



Propriedade Horizontal: 1; - Informações Prévias: 5; - Loteamentos Urbanos: 3.-----

O Senhor Vereador Renato Gonçalves apresentou os Despachos proferidos ao abrigo das competências que lhe foram delegadas ou subdelegadas, nos termos e para os efeitos das disposições conjugadas dos artigos 65º, nº. 3 e 69º, nº. 3 da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, cuja relação se encontra no maço dos documentos respeitantes a esta reunião.-----

Foi presente para aprovação a Acta nº. 24/06, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

Em seguida procedeu-se à apreciação e deliberação dos assuntos referentes ao período de

ORDEM DO DIA

I – DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

1 – PROPOSTA Nº. 391/06 – APROVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DO EMPRÉSTIMO NO MONTANTE DE € 1.135.309,00, NA MODALIDADE DE ABERTURA DE CRÉDITO AO BANCO PORTUGUÊS DE INVESTIMENTO – Por despacho da Sra. Presidente da Câmara de 18 de Outubro de 2006, e na sequência da comunicação da Direcção Geral das Autarquias Locais sobre a capacidade de endividamento da Câmara Municipal de Montijo, de 23 de Agosto do corrente ano, foi iniciado o procedimento com vista à contratação de empréstimo de médio/longo prazo, para financiamento de investimentos diversos. Tendo-se consultado cinco instituições de crédito em cumprimento do disposto no artigo 23º, nº. 5 da Lei das Finanças Locais, ***propõe-se*** que a Câmara Municipal delibere favoravelmente o seguinte: 1. Adjudicar a contratação do empréstimo de **1.135.309,00 €** (um milhão cento e trinta e cinco mil trezentos e nove euros) na modalidade de abertura de crédito ao **Banco Português de Investimento** nos termos e pelos fundamentos constantes do Relatório Justificativo que se anexa e se dá por integralmente reproduzido. 2. Que em cumprimento do disposto nos artigos 64º, nº. 6 alínea a), 53º, nº. 2 alínea d) e nº. 7 da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro se submeta a presente proposta à próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal anexando-se, para o efeito, a informação relativa à capacidade de endividamento facultada pela DGAL. 3. Que o contrato de abertura de crédito seja submetido à fiscalização prévia do Tribunal de Contas em conformidade com o artigo 46º, nº. 1 alínea a) da Lei nº. 98/97, de 26 de Agosto e artigo 29º da Resolução nº. 7/98/MAI.19 – 1ª

Am
page

S/PL publicada na II Série do Diário da República nº. 145 de 26 de Junho de 1998. (Proposta subscrita pela Senhora Presidente)-----
Os Senhores Vereadores Nuno Ferrão e Lucília Ferra apresentaram uma **Declaração** cujo teor a seguir se transcreve: “A proposta que nos é apresentada omite o prazo do empréstimo em questão. Sendo esta uma variável importante, lamentamos que não haja qualquer referência a esta informação. Aliás, a referência a um empréstimo de médio/longo prazo deixa, por si só dúvidas quanto à maturidade do mesmo. Ou é a médio ou é a longo prazo. Por outro lado, a proposta devia também fazer uma análise mais profunda aos indexantes, na medida em que estando os spreads indicados pelos bancos bastante nivelados, o facto de os bancos sugerirem indexantes diferentes (Euribor a 30, 60, 90 ou 180 dias), que correspondem a taxas de juro com variações significativas, poderá levar a que uma análise com base exclusivamente nos spreads conduza a uma taxa final que não seja a mais favorável para o município, caso o indexante associado ao spread analisado tenha uma taxa mais alta. Importa referir que os encargos financeiros para 2007 deverão ter um aumento de cerca de 65% face ao ano de 2006, rondando os € 500 mil. Isto é, o aumento das taxas de juro está a tornar muito pesado o custo do recurso ao crédito, prejudicando o orçamento de 2007 por via do recurso a dívida bancária em anos anteriores. Além disso, está a acabar o período de carência de vários empréstimos contraídos no passado, começando a fazer-se sentir a amortização do capital mutuado. Neste sentido, devemos ser muito cautelosos no recurso a esta onerosa forma de financiamento, seleccionando com muito rigor os projectos que mereçam este alto custo. Desta forma, não podemos deixar de discordar do financiamento da Escola do Esteval/Areias, obra que não terá qualquer financiamento do Estado para 2007 e que a câmara se propõe iniciar sem ter assegurado o seu total financiamento. Corremos o risco de estar a construir uma escola que não temos condições para a terminar, ficando a câmara com uma obra no seu início e com a responsabilidade de pagar os encargos financeiros, sem estar a ter qualquer uso desse equipamento. O recurso ao crédito bancário para obras que não consideramos estruturantes para o nosso concelho, não poderão recolher o nosso apoio, pois não podemos ignorar os seus elevados custos para as gerações vindouras e a limitação na gestão dos mandatos futuros. A nossa opção é por realizar investimentos (concordando com muitos dos que são indicados nesta proposta) mas discordamos na forma de financiamento. O recurso ao crédito é a opção mais fácil mas aquela que implica maiores custos. Para o PSD, deverá haver uma efectiva contenção nas despesas correntes que liberte recursos para efectuar os investimentos propostos. Este será o caminho a traçar. O momento em que vivemos de subida das taxas de juro, num cenário de estabilização das



receitas, devia levar os eleitos do PS a reflectirem sobre a sua estratégia de financiamento dos investimentos programados. Mas o que se constata, infelizmente, é a evolução inversa: cada vez mais a despesa corrente absorve uma maior fatia do orçamento. Com efeito, a subida acentuada do peso das despesas correntes nos orçamentos dos últimos 3 anos e a preocupante redução do investimento, orçamentado, deverá conduzir aquilo que referimos, isto é, a um redobrado esforço de contenção da despesa corrente, sob pena de num futuro próximo o município estar reduzido à sua gestão corrente e sem meios para qualquer estratégia de desenvolvimento.”-----

A **Senhora Presidente** disse que: “É muito elucidativa a posição do PSD, porque revela uma visão redutora, maniqueísta dos investimentos que a Câmara fez no passado, quer no tempo da gestão da CDU, para o PER, quer posteriormente para um conjunto de investimentos e seria novidade se o PSD hoje tivesse uma posição diferente daquela que teve no passado, relativamente aos empréstimos; porque há aqui dois planos de avaliação. No plano técnico para produzir elementos que melhor permitam a análise das propostas e fazer estimativas na análise comparativa para sustentar eventualmente a proposta de adjudicação de contratação. Quanto às taxas de juro elas sobem e descem, portanto isso não se me afigura que possamos ter uma solução garantizada por aí, tal como quanto aos períodos de carência e acho que eles devem figurar. Temos posições diferentes até porque os empréstimos de pretérito da habitação social estão numa fase de redução e isso permite-nos efectivamente esta carência, ganhar espaço no futuro, para que os empréstimos acabem e possamos pagar outros. Portanto a relação é completamente diferente daquela que o Senhor Vereador referiu. Não estamos a hipotecar as gerações futuras e sem os empréstimos não poderíamos ter feito aquilo que fizemos e eu conhecendo a posição da oposição, designadamente a do PSD, nesta matéria, gostaria de deixar aqui, nota de quanto ao empréstimo de 17 de Abril de 2002 no montante de 3.740.984,23 € e em que o PSD votou contra, nós não teríamos feito a: - Construção de Vedação na EB nº. 1 em Pegões Cruzamento; - Execução das Instalações Eléctricas, Telefones e Informática no Arquivo Municipal; - Substituição da Vedação Exterior na EB1 da Atalaia; - Construção do Centro de Saúde e Ludoteca de Santo Isidro de Pegões; - Remodelação e Ampliação da Escola Primária das Craveiras; - Remodelação da Praça da República, no Montijo; - Construção de Parque de Estacionamento Alternativo; - Repavimentação de Arruamentos no Bairro do Barroso – Atalaia; - Pavimentação da Estrada de Acesso ao Bairro Novo da Jardia; - Estrada dos Afonsos – Pegões; - Repavimentação de Diversas Ruas na Freguesia do Afonsoeiro – 2ª Fase; - Remodelação Arranjos Exteriores da Escola Primária de Canha; - Execução da Rua da Educação Física – Montijo; - Repavimentação do Caminho Municipal 1034 – Santo Isidro de Pegões;



- *Reabilitação das Calçadas Adjacentes à Estrada Nacional 251 – Canha; - Recuperação do Fontanário de Santo Isidro de Pegões; Construção de Cafeteria e Esplanada na Praça da República – Montijo; - Construção do Jardim de Infância – Afonsoeiro; - Remodelação da Praça dos Operários – 1ª Fase – Atalaia; - Ampliação da EB n.º 1 – Canha; - Arranjo da Zona Envolvente à Praceta das Orquídeas no Montijo; - Execução de Passeios no Bairro do Charqueirão; - Execução do Arranjo Paisagístico Envolvente ao Pavilhão Desportivo do Esteval; - Remodelação da Iluminação Pública no Montijo; - Construção da Vedação da Escola Básica do Afonsoeiro e Jardim de Infância; - Reabilitação da Rua 25 de Abril na Atalaia; - Repavimentação/Arruamentos Transversais na Avenida Adriano Correia de Oliveira; - Repavimentação da Rua Santo António – Canha; - Reparação da Cobertura do Pavilhão Desportivo; - Iluminação Pública da Escadaria da Igreja da Atalaia; - Reabilitação e Alargamento da Estrada dos Foros do Carrapatal; - Construção do Polidesportivo de Canha. Pelos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento foram realizadas as seguintes obras: - Conduta Elevatória CEI – ETAR do Seixalinho; - Reservatório Elevado das Taipadas; - Equipamento para Furo junto ao R1 – Montijo; - Reservatório Elevado do Corte das Cheias; - Conduta Elevatória CEI – ETAR do Seixalinho; - Reparação do Reservatório R2 na Atalaia; - Reservatório Elevado do Corte das Cheias; - Conduta Elevatória CEI – ETAR do Seixalinho; - Reservatório Elevado de Canha; - Execução do Furo – Corte das Cheias; - Remodelação da Rede de Esgotos em Canha – ETAR – 1ª Fase; - Ante-Projecto do Dique – ETAR do Afonsoeiro; - Equipamento para novo Furo – Canha; - Reparações Diversas nos Furos Centrais; - Reservatório Elevado de Canha; - Remodelação da Rede de Esgotos – Cidade do Montijo; - Reparação Impermeabilização, Pintura e Restauro da Escola dos Afonsos. O PSD obistou ou obstaría com o voto deles votando contra o empréstimo e depois ainda temos um outro empréstimo de 11 de Novembro de 2003, também em que o PSD votou contra para a: - Construção do Polidesportivo de Pegões; - Reabilitação do Espaço Envolvente ao Apeadeiro da Jardía; - Execução de Parque de Estacionamento junto à Rua Dr. Francisco Sá Carneiro; - Construção do Posto de Turismo no Mercado Municipal; - Pavimentação da Estrada de Acesso ao Bairro Novo da Jardía; - Pavimentação na Rua do Pontal na Quinta do Sol, em Pegões; - Reparação dos Exteriores dos Edifícios Habitacionais no Afonsoeiro; - Construção de Edifício para Ensino Pré-Escolar Ary dos Santos; - Alargamento do Passeio na Rua José Joaquim Marques; - Iluminação Exterior da EB n.º 1 do Jardim de Infância do Bairro do Areias; - Reparação das Escadas dos Edifícios Habitacionais; - Pavimentação da Rua das Andorinhas no Bairro Miranda; - Execução da Rede de Esgotos da Rua das Andorinhas no Bairro Miranda; - Pavimentação do Caminho de Ligação da*



EN 252 ao Bairro Manuel João; - Reformulação da Iluminação Pública nas Pracetas Envolventes à Rua das Tulipas. Como estaria o Montijo se o PSD fosse efectivamente governo municipal. Mas há mais, o empréstimo de 26 de Dezembro de 2005, no montante de 972.000,00 € para a: Execução de Arranjos Exteriores na EB1/JI do Afonsoeiro, que vão começar; - Construção da Capela Mortuária do Cemitério do Pinhal do Fidalgo, que está em execução; - Empreitada de Trabalhos Diversos 2005; - Repavimentação da Rua 25 de Abril em Sarilhos Grandes; - Pavimentação do Ramal das Flores, que está a começar. E, ainda investimentos diversos de 29 de Junho de 2004 no montante de 661.267,00 € para a: - Repavimentação da Rua Serpa Pinto no Montijo; - Repavimentação da Rua Miguel Bombarda em Sarilhos Grandes; - Pavimentação de Arruamentos Acesso Norte aos Bombeiros de Canha; - Repavimentação da Rua 25 de Abril em Sarilhos; - Construção do Estacionamento na Rua Sacadura Cabral; - Infraestruturas no Loteamento Municipal no Esteval; - AVAC na Biblioteca Municipal; - Construção da Vedação do Centro de Saúde de Santo Isidro de Pegões; - Construção de Muretes na Escola Básica do Afonsoeiro e Jardim de Infância; - Calçetamento da Avenida das Forças Armadas – Cruzamento de Pegões; - Eliminação das Barreiras Arquitectónicas na Via Pública; - Construção do Parque Infantil na Área Adjacente à Junta de Freguesia de Pegões; - Substituição de Coberturas na Escola Básica nº. 5 no Bairro do Areias. Se fosse uma gestão do PSD, estaríamos na pré-história do poder local, na pré-história do desenvolvimento. O PSD ao longo destes anos todos não aprendeu. Os cidadãos de Montijo precisam de saber. E os Autarcas que querem o desenvolvimento nesta terra têm que reflectir e têm que saber. Nós não queremos impor a nossa visão, mas a nossa gestão é exemplar. É exemplar ter as contas em dia, ter trabalho feito, ter qualidade de vida. O PSD votou contra estes empréstimos todos, a CDU não. Portanto, é bom que se veja como é que a oposição, o PSD, se tem posicionado ao longo destes anos, particularmente a partir de 2002, ano em que se dá esta inversão no PSD. Sobre a aplicação das verbas de contratação de empréstimos estamos esclarecidos. Somos pelo desenvolvimento do Concelho do Montijo, somos pela qualidade de vida dos cidadãos no discurso e na prática, assumindo as nossas responsabilidades. Quem ganha governa e presta contas. E é isso que fizemos em 2001, foi isso que fizemos em 2005 e faremos em 2009. Agora é de facto importante que saibamos avaliar esta posição do PSD. Foram investimentos um pouco por todo o concelho, porque quem se posiciona assim neste conjunto de investimentos é quem melhora a qualidade de vida, e que permite criar melhores condições. Lamento que não haja uma maior cultura para apoiar investimentos importantes no concelho de Montijo, mas repito se não tivéssemos a maioria absoluta, estávamos condicionados e manietados por uma oposição que naturalmente iria



*Am
ofage*

condicionar todo este conjunto de obras, porque não as queria ou querê-las-ia com um conjunto de contrapartidas. Estamos aqui a falar de investimentos, não estamos a falar de despesa corrente. Para fazer estes investimentos gastámos de facto as nossas receitas próprias na Aquisição do Cinema, na Recuperação do Cinema e noutras obras que fizemos com receitas próprias. Se as receitas próprias foram para outros tipos de investimentos precisámos de contrair empréstimos para este tipo de obras. O que é importante é que as obras são feitas, são pagas e o serviço da dívida também.”-----

Deliberação: *Aprovada com quatro votos a favor do Partido Socialista, dois votos contra dos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata e uma abstenção do Senhor Vereador da Coligação Democrática Unitária.-----*

2 – PROPOSTA N.º 392/06 – APROVAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DE 2007-2010, O PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS E A PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2007 – *Considerando o disposto no artigo 64.º, n.º 2 alínea c) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, propõe-se: 1. Que este Executivo Municipal delibere aprovar as Grandes Opções do Plano e respectivamente o Plano Plurianual de Investimentos de 2007-2010, o Plano de Actividades Municipais e a Proposta de Orçamento para 2007, documentos que se encontram em anexo, aqui se dando por integralmente reproduzidos. 2. Que os documentos em causa sejam submetidos à aprovação da Assembleia Municipal na sua próxima sessão, de acordo com o disposto no artigo 49.º, n.º 2 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. (Proposta subscrita pela Senhora Presidente)-----*

A Senhora Presidente *leu o seguinte documento: “APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2007 – Os documentos de gestão para o ano de 2007 que aqui se apresentam – Orçamento, Plano Plurianual de Investimento e Plano de Actividades devem ser avaliados à luz das actuais circunstâncias enquadradoras da realidade económica e financeira do país, com reflexos económicos e sociais também em cada Município. O orçamento é um documento de previsão, elaborado de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCAL). Ao longo do ano e de acordo com a lei, o orçamento pode ser objecto de revisão e alteração em função da arrecadação da receita e da despesa comprometida. A previsão da receita assenta, no orçamento, em receita corrente e receita de capital. Neste orçamento a receita corrente estima-se em 24.507.473 Euros, sendo os impostos directos de 11.346.992 Euros e os indirectos de 3.354.589 Euros; as transferências correntes onde se inclui a comparticipação recebida do Orçamento de Estado para 2007 é de 5.863.447 Euros e a venda de bens e serviços de 2.837.172 Euros. Este é o conjunto de receitas correntes mais significativas,*



de maior relevo, no orçamento da Câmara Municipal de Montijo. A receita de capital, no total de 9.917.847 Euros resulta, neste orçamento, da venda de bens de investimento em 3.649.674 Euros; A transferência de capital que inclui a parte do Orçamento de Estado, a participação comunitária em projectos co-financiados e a cooperação técnica e financeira, no total de 4.757.688 Euros e ainda em passivos financeiros (empréstimos) no montante de 1.510.484 Euros. Assim **o orçamento da receita** atinge o montante global de **34.425.420 Euros**. Nas despesas correntes assumem relevância as despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços e aquisição de serviços. As despesas com pessoal estimam-se em 13.061.367 Euros; a aquisição de bens e serviços em 8.164.731 Euros e aquisição de serviços em 6.486.704 Euros para além das transferências correntes para as freguesias, SMAS e para associações. A despesa corrente total situa-se em 23.751.508 Euros. As despesas de capital ou de investimento estão orçamentadas em 10.673.912 Euros. No global **o orçamento da despesa é de 34.425.420 Euros**, encontrando-se assim equilibrado, ou seja, receita igual à despesa. Neste orçamento a despesa de capital é também financiada por receita corrente. **As transferências para as freguesias no quadro da delegação de competências é de 589.286 Euros**. No que toca ao Plano de Actividades evidenciam-se as verbas disponibilizadas para as funções sociais e educação no montante de 1.073.470 Euros; para o Cine-Teatro Joaquim de Almeida 102.000 Euros; animação desportiva e cultural (actividade directa da Câmara) 40.000 Euros; Setúbal Península Digital 120.000 Euros. Destacam-se as actividades a desenvolver no Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos, os Prémios Vespeira, Maestro Jorge Peixinho, Prémio de Prosa e Poesia Jovem, a Festa do Rio e as Festas Populares, a Feira do Desporto e o Fórum do Desporto na Península de Setúbal. O Plano Plurianual de Investimentos tem montante definido de 8.918.123 Euros e não definido de 2.118.764 Euros. As verbas definidas destinam-se a aquisição de novas viaturas – 3 viaturas de 9 lugares para transporte de crianças, 1 veículo pesado para os serviços de estradas e caminhos, uma de resíduos sólidos urbanos. Para equipamento informático 174.000 Euros, para a educação 1.185.575 Euros, para a cultura 1.726.608 Euros, construção e reparação da rede viária 1.363.757 Euros, na beneficiação e remodelação da rede de energia 232.900 Euros, para infra-estruturas desportivas (Polidesportivo do Alto Estanqueiro, Faias, Santo Isidro). Encontram-se ainda verbas a definir em consequência da contratação de empréstimo e do saldo a incorporar no futuro (Maio de 2007). Estes são os números reais, de verdade. Não são números fictícios ou criativos. Estes últimos, aliás, apenas servem para a cosmética, para o engodo, para a demagogia. Não vamos por aí. O nosso rumo é o do desenvolvimento sustentável, sustentado no real, no concreto, para as pessoas. É a partir



daqui que estes documentos traduzem a preocupação com as pessoas; nas pequenas e grandes obras; nas pequenas e nas grandes acções. Na educação, na cultura, na acção social. Mantemo-nos, assim, fieis aos compromissos sucessivamente assumidos junto do eleitorado em 1998, 2001 e 2005 que queremos continuar a cumprir e a honrar. A educação, a cultura e acção social são as nossas prioridades fundamentais de decisão e actuação política e administrativa. Segundo Lord Brongham, parlamentar inglês, em 1828 afirmava – “a educação torna um povo mais fácil de governar e mais difícil de escravizar”. Este é, pois, um orçamento de verdade e de realismo, de rigor e contenção, necessário e equilibrado. Um orçamento formulado no quadro de um passivo financeiro de curto, médio e longo prazo, estável, equilibrado, consolidado, perfeitamente controlado com o serviço da dívida em dia, com as contas em dia. Mas é também um orçamento que, ancorado numa base sólida melhor permite preparar o futuro. Um futuro onde o sonho e a ambição de um Montijo ainda melhor só será concretizado se assente em bases seguras e consistentes.”-----

O Senhor Vereador Renato Gonçalves apresentou o seguinte documento: “Com uma dotação global de 34.425.420,00 €, o orçamento da Câmara Municipal proposto para 2007 foi elaborado num quadro de necessária e indispensável consolidação das Finanças Públicas Nacionais, apostada no não recurso sistemático a receitas extraordinárias, a qual implica e pressupõe a redução da despesa pública, nomeadamente a corrente primária, e bem assim do défice orçamental do Sector Público Administrativo, em que as Autarquias Municipais se inserem, bem como a diminuição da dívida pública, por forma a que o nosso país possa assegurar o cumprimento e a concretização efectiva dos compromissos internacionais assumidos no âmbito da União Europeia – organização internacional de integração económica, financeira, orçamental, monetária e cambial – em sede de Plano de Estabilidade e Crescimento. Porquanto, sem finanças públicas equilibradas, estáveis, sadias e consolidadas, não há desenvolvimento económico e social sustentável e duradouro. Tal consolidação orçamental é pois pressuposto essencial e indeclinável de defesa e salvaguarda do Estado Social, do Novo Estado Social, aquele que, tendo por ponto de partida e princípio base o modelo social europeu edificado no pós – 2.ª guerra mundial, tem que se articular e conviver com a Organização Mundial do Comércio dos países emergentes, vulgo BRIC’S e a globalização. Portugal, vivendo uma situação que não é fácil e se apresenta complexa, não tem o direito de não cumprir o Pacto de Estabilidade e Crescimento e as exigências e condicionalismos decorrentes do mesmo para as finanças públicas estaduais, regionais e locais. Tal incumprimento seria não só desvantajoso mas também verdadeiramente letal para a credibilidade da nossa economia e das nossas instituições de governo



– nacionais, regionais e locais; abalaria a confiança dos agentes económicos internacional europeus e nacionais, privaria Portugal de apoios financeiros comunitários determinantes para o seu desenvolvimento, afastaria o investimento externo do país, relegaria, enfim, Portugal, para uma segunda divisão europeia, um pelotão detrás! A economia nacional, fruto do esforço mobilizador e do acerto das medidas já tomadas pelo Governo da República liderado pelo Partido Socialista, começa já a apresentar sinais claros, óbvios, evidentes e inegáveis de crescimento económico e de relançamento da confiança na economia nacional. Contudo, continuamos a crescer abaixo da média europeia; isto, apesar do processo de convergência com a União Europeia estar neste momento já relançado, com todas as perspectivas de diminuição do desemprego e de aumento da produtividade, da competitividade e da riqueza nacional, de acordo com indicadores recentemente revelados pela insuspeita OCDE. A nova Lei das Finanças Locais, em nome dos princípios da coesão territorial e da diminuição e superação das assimetrias locais, regionais, torna o Município de Montijo contribuinte líquido do esforço de desenvolvimento local e regional do país, induzindo e dando azo, já em 2007, a uma perda de receitas municipais transferidas do Orçamento de Estado na ordem dos 300.000,00 euros, devolvidas para outros Municípios. O enquadramento traçado exige de todos responsabilidade e definição de prioridades, implicando necessariamente a qualificação do investimento público, tornando-o mais selectivo e, primacialmente, reprodutivo e qualificador. Os documentos previsionais para 2007 ora apresentados consubstanciam e patenteiam uma aposta estratégica e decisiva na educação e na qualificação, na cultura e na acção e solidariedade social. Somos pela aplicação local da Agenda Estratégica de Lisboa. Para Vítor Hugo “um país torna-se decadente quando já não reconhece os seus males, nem aceita os seus remédios”. O mal do nosso atraso, a fonte dos nossos bloqueios, é o défice de educação, instrução, escolarização e qualificações. O nosso remédio é a educação e a qualificação. Uma educação pública de qualidade e para todos. Uma educação para a Democracia, a Cidadania, para o progresso e para o Desenvolvimento, reprodutora dos valores essenciais da ética e da pedagogia republicanas. Por isso, somos pelo alargamento progressivo da educação pré-escolar e pela consolidação, aprofundamento e modernização da educação básica. O PPI proposto é o espelho desta aposta. Para além das prioridades antes enunciadas, salientamos ainda o nosso empenho e determinação na construção da Sociedade de Informação e na utilização das tecnologias da informação, no apetrechamento e modernização dos serviços públicos camarários, no apoio ao associativismo cultural, desportivo e recreativo, para a sua modernização e autonomia responsabilizadora, na recuperação e preservação do nosso património histórico e cultural, no



tratamento e beneficiação do espaço e do domínio público municipal. Aliamos e associamos, assim, à concretização das competências municipais primárias e básicas, originárias e de exercício obrigatório, referentes à satisfação das necessidades colectivas primárias e à infra-estruturação comunitária básica, uma nova geração de políticas autárquicas municipais decisivas e determinantes para enfrentar com sucesso os desafios dos novos tempos: políticas de dinamização da educação e da cultura; do conhecimento, do desporto, do apoio, coesão e solidariedade social; políticas promotoras de uma nova cidadania, solidária e interveniente, crítica e participante, activa e digna. Os documentos previsionais para 2007 mostram-se adequados à concretização de tais objectivos e desideratos. Passamos agora a descrever as acções, iniciativas e actividades mais relevantes nos pelouros que nos estão atribuídos no âmbito da gestão autárquica municipal. Pelouro do Desporto - Desporto e Estilos de Vida Activa e Saudável - acções de sensibilização, campanha de promoção e actividades; Fórum do Desporto da Península de Setúbal; Programa Desportivo Municipal Mais Activos, Dinâmicos, Participativos e Saudáveis - Projectos Mais Naturalmente Sénior; Mais Naturalmente Júnior; Desporto na escola; Mais movimento - hidroginástica e ginástica de manutenção; Desporto na rua + saúde; Funcionar em forma; Formar +; quadro competitivo popular - jogos desportivos concelhios; aposta nas actividades desportivas de ar livre; aposta na formação, animação e orientação desportiva de crianças, adolescentes e jovens; Montijo em Férias 2007 - Férias Desportivas; Apoio ao associativismo desportivo - escalões de formação: escalões de formação e competição federada; modernização e autonomia associativa; Feira do Desporto; Eventos desportivos anuais promovidos por Associações Desportivas do Concelho conjuntamente com a Câmara Municipal; Construção do Polidesportivo do Alto Estanqueiro/Jardia; Obras de reparação e beneficiação dos Polidesportivos das Faias e de Santo Isidro de Pegões; Intervenção nos Campos Municipais do Areias e anexo ao Pavilhão Desportivo Municipal; Implantação do Campo de Futebol do Afonsoeiro. - Divisão de Bibliotecas e Arquivo - Abertura do Pólo de Canha da Biblioteca Municipal; Actualização dos Fundos Bibliográficos; Obras referentes à instalação do Arquivo Municipal e aquisição de equipamento para o mesmo; Actividades de extensão cultural na Biblioteca e no Arquivo. - Museus e Património Cultural - Comemorações dos 500 anos do Círio da Alfandega Marítima de Lisboa; Obras de reparação e beneficiação do Museu Agrícola de Atalaia com vista à instalação do Espaço Museológico de Atalaia; Obras de reparação, beneficiação e conservação do Edifício do Museu Municipal / Casa Mora e da Ermida de Nosso Senhor dos Aflitos, na Quinta do Saldanha; Obras de Recuperação da Quinta do Páteo d'Água; Desenvolvimento do Plano Museológico Concelhio - reestruturação dos



conteúdos. - Divisão de Economia e Turismo - Desenvolvimento de acções e iniciativas de índole e relevo turístico, vocacionando o Turismo para a promoção e divulgação do nosso património histórico – cultural, da nossa gastronomia e dos nossos vinhos; Parcerias e colaboração com a ADREPES, RVPS e RTCA; Semana Montijense; Rota gastronómica Aldegalense; Obras no parque de exposições. - GDAC e Gabinete da Juventude - Assembleia Municipal Jovem; Visitas à Assembleia da República; Assistência a debate mensal com o Primeiro – Ministro; Aulas Delors; Programas Juventude, Leonardo Da Vinci e Convenius - intercâmbios e seminários culturais; estágios profissionais; voluntariado – SVE; Plano Municipal de Promoção da Saúde Oral; Um dia com ...; Simulação da ONU e da Assembleia Parlamentar do CE; Dia da Europa – 9 de Maio; Observação dos Percursos Profissionais; Autocarro da Matemática; Jornadas para a Juventude – a emergência planetária do aquecimento global e o que podemos fazer em relação ao mesmo – Quercus e Vertigem Azul – várias acções – 1.ª) Eco – Casa; 2.ª) De Olhos na Floresta; 3.ª) Observação de Golfinhos e fauna e flora do Sado; Criação do livro de validação de Educação – diário de bordo, onde os projectos, actividades, cursos, programas de voluntariado e todas as actividades realizadas nos tempos livres são registadas e validadas – da música ao desporto, dos escuteiros, do teatro, do apoio social à pintura e desenho; Espaço Jovem Internet; Pontos de informação jovem, Plano Municipal de Promoção para a Cidadania; Elaboração de um novo Plano Municipal para a Juventude Análise e estudo, de natureza antropológica, sobre o movimento Associativo Juvenil do Concelho; Concurso Jovem de Poesia e Ficção Narrativa.”-----

Os **Senhores Vereadores Nuno Ferrão e Lucília Ferra** apresentaram o seguinte documento: “O orçamento apresentado reflecte uma redução das transferências do Estado para a nossa autarquia por via da decisão do governo socialista de penalizar o concelho do Montijo com as verbas a que terá direito em 2007. Esta tendência de redução deverá manter-se nos anos seguintes prejudicando progressivamente a capacidade de intervenção da Câmara Municipal. Embora os custos com o pessoal cresçam cerca de 3,5%, valor que poderia não ser considerado exagerado, constatamos a existência de elevados montantes gastos em pessoal em regime de tarefa ou avença, cujo esforço de contenção devia ser maior. Por outro lado, não podemos deixar de criticar o acréscimo muito significativo da aquisição de serviços que revela um crescimento de 16,4% face ao orçamento corrigido de 2006 e de 38% face aos valores reais esperados para 2006. Este evidente despesismo nas despesas correntes terá um forte impacto na capacidade da câmara realizar investimentos que promovam uma melhoria do bem estar das populações que servimos. Por outro lado, o esperado crescimento de 65% nos encargos financeiros, maioritariamente decorrentes de financiamentos contratados nos



AM
Caja

mandatos geridos pelo PS também vêm criar constrangimentos à actuação do executivo municipal. Neste cenário, não é de estranhar que as despesas correntes mantenham a sua tendência crescente de +4,7% face a 2006 e que as despesas de capital tenham um decréscimo acentuado, com especial destaque para o investimento, que deverão cair cerca de 27%. No entanto, saudamos o aumento nas verbas a distribuir às entidades que promovam a prática desportiva de crianças, jovens e adultos, como forma de contribuir para uma vida mais saudável e de prevenir ambientes adversos, em especial nas camadas mais jovens da nossa sociedade. Todavia, também lamentamos que obras importantes continuem a ser adiadas, como o Parque Desportivo, o Parque Urbano das Piscinas e a Remodelação do Mercado nº 1. Pensamos que haverá espaço para projectos supramunicipais em áreas em que exista benefícios comuns a mais que um município, por via dos equipamentos construídos ou a construir. Por isso, será questionável a manutenção de uma verba para a Recuperação da Quinta Pocinho das Nascentes, designada por Casa da Música, existindo na cidade um Cine Teatro e no concelho de Alcochete um Fórum Cultural. Julgamos que existe espaço para um melhor aproveitamento do património existente, aumentando os benefícios proporcionados às populações e evitando custos desnecessários e supérfluos. Mas o que não pode deixar de nos preocupar é o crescimento sistemático do peso das despesas correntes no orçamento da autarquia, que vem subindo gradualmente nos últimos três anos, em prejuízo das despesas de capital, especialmente do investimento.-----

Peso no orçamento inicial	2005	2006	2007
Despesas correntes	57%	66%	69%
Despesas de capital	43%	34%	31%
Investimento	34%	28%	22%

Esta tendência poderá agravar-se, por via do aumento do serviço da dívida associado ao crescimento das taxas de juro, caso não haja um aumento das receitas correntes. Por esta razão, o esforço de contenção da despesa deverá ser uma prioridade, sob pena da capacidade de investimento futura ficar reduzida a valores inexpressivos.”-----

A **Senhora Presidente** disse que: “Nós discordamos inteiramente da sua posição, que é a posição do PSD. Há investimentos que se fazem que geram necessariamente despesa corrente e portanto não é possível conter. O Cine Teatro Joaquim de Almeida gera despesa corrente, as novas urbanizações, a admissão de mais pessoal, a aquisição de mais equipamento geram despesas correntes. Relativamente à Escola Profissional está no Plano de Actividades a transferência de 400.000 Euros. A construção da Escola Profissional do Montijo já estava previsto, é um compromisso da Autarquia. O Senhor Vereador Nuno Canta fez uma afirmação que nós não temos capacidade para fazer



uma gestão que diminua as despesas correntes que gere receita, para investir e assim evitar o endividamento. Ao nível da despesa corrente com o pessoal, temos feito de facto uma gestão de grande contenção e de grande rigor em todas as áreas. Os Recursos Humanos são fundamentalmente da Câmara, são técnicos, são funcionários do quadro. Não temos assessores, não temos Chefe de Gabinete e temos unidades orgânicas que não têm chefia. Temos uma grande contenção nas despesas de representação no que respeita a todo o Executivo. Muitas vezes também os funcionários e os dirigentes se deslocam sem receber quaisquer ajudas pelas deslocações. Desse ponto de vista é uma questão de postura e de atitude e não tem nada a ver com gastar mais ou menos. Mas as despesas de pessoal também aumentam porque sentimos necessidade, para trabalharmos bem e pudermos ter o merecido descanso e tranquilidade para reflectir e depois agir. Assim, vamos contratar um assessor, um chefe de gabinete, um director de departamento, um chefe de divisão, um técnico superior. Se tivermos funcionários habilitados os mesmos sobem, se não teremos que contratar e assumimos isso. Quando temos que discutir documentos importantes assumimos a nossa responsabilidade e duvido mesmo que houvesse alguém que se disponibilizasse e sacrificasse a trabalhar tanto como este executivo. Temos a noção da nossa responsabilidade e que precisamos de conter as despesas. É isso que fazemos e que solicitamos aos nossos dirigentes. Não queremos nem ensinar nada a ninguém nem ser juizes em causa própria. Os cidadãos do Montijo, a seu tempo nos julgaram de novo. O que não gostamos de ouvir é determinadas críticas que nos parecem ser desajustadas, embora tenham todo o direito de fazê-las. A crítica é livre e a resposta também. Devemos livremente expressar as nossas posições e fundamentar as nossas propostas. As promoções representam 139.000 euros de aumento. Está tudo rigorosamente contabilizado. O Mercado precisa de ser recuperado, está feito um anteprojecto que não teve ainda desenvolvimento. Mas antes de se tratar do projecto de recuperação do Mercado, precisamos de saber onde instalar os comerciantes durante a fase das obras. Esta é que é a prioridade e porquê? Porque a sua reinstalação vai obrigar a obras, e é preciso dinheiro para as concretizar. Para instalar por cinco, seis, sete ou oito meses, tempo previsto para a execução das obras, à semelhança do que foi feito com a instalação da venda do peixe, num edifício, que custou, nessa época, à Câmara alguns cinco mil contos. Comungamos da preocupação da recuperação do Mercado. A oposição não é poder. Não pode querer subverter as regras da democracia. Podem e devem sugerir, apresentar sugestões, fiscalizar e pedir informações. Mas não têm nada que apresentar um orçamento alternativo. Querem ser oposição e governar? Isso é a subversão total do sistema. Tal como referi atrás podem e devem dar contributos, votar a favor ou contra e criticar. Quem ganha



governa e presta contas. Há uma grande confusão em matéria de princípios e de atitudes e postura na cabeça de alguns autarcas. Nós definimos prioridades, os senhores vereadores da oposição fizeram algumas sugestões que para eles seriam prioritárias.”-----

Deliberação: Aprovada com quatro votos a favor do Partido Socialista, dois votos contra dos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata e uma abstenção do Senhor Vereador da Coligação Democrática Unitária.-----

Os Senhores Vereadores Nuno Ferrão e Lucília Ferra apresentaram uma **Declaração de Voto** cujo teor a seguir se transcreve: “A apresentação, análise, discussão e votação do Orçamento e do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) encerra um dos momentos mais significativos do debate político/estratégico sobre o futuro do concelho. Isto porque, mais do que meros números, os documentos reflectem, necessariamente, políticas de gestão e de investimento para a área do município, definindo, priorizando e calendariando investimentos públicos, traçando rumos de desenvolvimento, apelando a estratégias de crescimento colectivo. Assim, como é natural em democracia, cada partido político espelha, nos orçamentos e planos que elabora, a sua visão sobre o caminho que a cada momento entende dever percorrer. Da oposição espera-se uma avaliação construtiva dos mesmos, propondo, caso seja possível e desejável, alterações que melhorem os documentos em presença. Assim fez o PSD relativamente ao ano de 2006, apresentando seis propostas de alteração ao Orçamento e ao PPI. Assim, sugere o PSD, em sede de Orçamento e PPI para 2007, obras e intervenções, que não estando previstas para um horizonte próximo, poderiam melhorar a intervenção camarária no concelho e a qualidade de vida de todos nós. Porém a política do PS tem sido a de dar expressão à máxima, apregoada à exaustão pela Senhora Presidente, de que “... quem ganha, governa e presta contas...”, pelo que, a disponibilidade para acolher propostas oriundas do PSD tem sido pouca e, nalguns casos nenhuma. Assim, o PSD tem vindo a prosseguir trabalho, apresentando sugestões, tecendo críticas, fazendo reparos, sempre em coerência com as ideias que defende e que foram sufragadas pelos montijenses. Porque temos uma estratégia de desenvolvimento distinta da protagonizada pelo PS dificilmente poderíamos votar favoravelmente este orçamento, porquanto ele encerra uma visão política do concelho que não partilhamos. Isto sem prejuízo de considerarmos positivas algumas intervenções contempladas, as quais apoiariamos sem hesitação, se pudessem ser votadas individualmente, o que não é o caso, dado tratar-se de um documento de aprovação genérica. Nesta esteira, consideramos positivo o esforço de investimento e a preocupação da autarquia na educação. Porém, não podemos deixar de lamentar a inexistência de uma carta educativa do concelho. Ou seja, tem havido um investimento educativo ad hoc, sem que exista um



documento de planeamento e ordenamento que, debruçando-se sobre a realidade do concelho e suas necessidades, projecte os equipamentos educativos necessários ao quadro de desenvolvimento do Montijo, em estreita articulação com o Plano Director Municipal. Por outro lado, apesar de considerarmos prioritário a Recuperação e Revitalização da Frente Ribeirinha do Montijo, discordamos da intervenção minimalista do PS que aliás se esgota no ano de 2007, dado o PPI não contemplar, ao momento, verbas para os anos subsequentes. Entendemos que a devolução da cidade ao rio, com a definição clara e precisa da utilização do solo (recreio, comércio, empresas TIC, habitação) dessa parte fundamental do território concelhio, impõe-se como estratégia de desenvolvimento local. Entendemos igualmente que a estratégia de preservação do património edificado, desde há muito por nós defendida, constitui hoje uma inevitabilidade, quer em termos de desenvolvimento qualificado quer face às prioridades europeias, definidas e consolidadas na cimeira de Lisboa. Neste particular sublinhamos que o Orçamento e o PPI apresentados revelam a ausência de estratégia. São tímidos nas propostas casuísticas sugeridas, sobretudo tendo em conta a exigência e a selectividade requerida aos projectos candidatos ao QREN. Quanto à circular externa, anunciada e inaugurada com pompa e classificada de obra prioritária pelo governo PS, fica agora a aguardar “melhores dias” lá para 2008/2009. Por outro lado vemos com preocupação o derrapar de obras como seja a intervenção, necessária mas sempre adiada, de recuperação do Mercado n.º 1. Opta-se por intervencionar o espaço Museológico da Atalaia, com uma verba para 2006 na ordem de 478.000.00€, em detrimento do Mercado n.º 1 (intervenção avaliada em 450.000.00€ aproximadamente) ou até, se não quisermos sair da freguesia da Atalaia, em prejuízo do arranjo do largo da feira ao Santuário. Estes são apenas exemplos de escolhas, prioridade e estratégias, ou falta delas, que não partilhamos. Deste modo votamos contra o Orçamento e o PPI sublinhando a permanente disponibilidade do PSD em trabalhar para um melhor futuro da nossa terra.”- **O Senhor Vereador Serra da Graça** apresentou uma **Declaração de Voto** cujo teor a seguir se transcreve: “No orçamento para 2007 com o valor de 34.425.420,00 euros verifica-se que, comparativamente com o orçamento de 2006, tem um acréscimo de cerca de 1,8 milhões de euros, correspondendo aproximadamente a 5%. Se nas receitas, o aumento se distribui normalmente pelas despesas correntes e de capital na mesma proporção de 5%, já nas despesas, essa distribuição é realizada de forma desproporcionada, isto é, as despesas correntes aumentam cerca de 10% e as despesas de capital, portanto, investimentos de valor negativo e reduzindo para um valor inferior ao de 2006. A capacidade da autarquia para arrecadar receitas, está dependente de factores externos, relacionados em grande medida com as leis

Am
Opaje

do mercado, e por outro lado a receita resultante da lei das finanças locais já aprovada, que reduzem em 5% o valor a receber, o que vem demonstrar a razão que a CDU tinha em 5 de Julho de 2006 quando se manifestou, através da apresentação de uma moção, na reunião de câmara contra a proposta de lei apresentada pelo governo na Assembleia da República que já evidenciava aquilo que efectivamente acabou por vir a acontecer. E, as autarquias todos os dias que passam têm mais responsabilidades para com a sociedade, e por essa razão as verbas recebidas do orçamento geral do estado não podem ser diminuídas. Para a CDU era claro que a proposta de lei das finanças locais apesar das críticas generalizadas de grande parte dos autarcas deste país, acabaria por ser aprovada pela maioria parlamentar. Não nos espanta que o PS estivesse contra a nossa posição, afirmando que era prematura por não haver ainda a versão final da lei, chegando mesmo a afirmar pela voz do Senhor Vereador Renato Gonçalves que o Partido Socialista tem dado provas de história de reforço do poder local e que nenhum governo iria diminuir as transferências para os municípios. De espantar foi a apreciação semelhante da Vereadora do PSD que, referiu a precipitação daquela opinião da CDU, que considerava também estar fora de oportunidade. As verbas transferidas para investimentos (no PPI) de 11.064.953,00 euros apenas tem definidos 8.918 euros ficando cerca de 20% por definir. Na elaboração deste documento nota-se ainda uma perda de qualidade. Atente-se na insuficiência do texto de apresentação, na inexistência de um quadro resumo das receitas e despesas e na ausência do mapa com as grandes opções do plano. Assim, a nossa votação é pela abstenção, dando o benefício da dúvida em relação à proposta de orçamento e grandes opções do plano.”-----

3 – PROPOSTA N.º 393/06 – CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO NA MODALIDADE DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA CORRENTE, NO MONTANTE DE € 615.798,00 – Determina o artigo 23.º, n.º 6 da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto que “a aprovação de empréstimos a curto prazo pode ser deliberada pela Assembleia Municipal, na sua sessão anual de aprovação do orçamento, para todos os empréstimos que a Câmara venha a contrair durante o período de vigência do orçamento”. Face ao disposto no artigo 24.º, n.º 1 da Lei das Finanças Locais “os empréstimos a curto prazo são contraídos para ocorrer a dificuldades de tesouraria, não podendo o seu montante médio anual exceder 10% das receitas provenientes das participações do município nos Fundos de Base Municipal, Geral Municipal e de Coesão Municipal”, constituindo por isso meras antecipações de receitas destinadas a suprir débitos momentâneos de tesouraria. Por aplicação deste normativo, o montante máximo para a contratação de empréstimo a curto prazo a realizar no ano de 2007 é de **615.798,00 €** (seiscentos e quinze mil setecentos e noventa e oito euros).-----



	2006	10%
Fundo Geral Municipal – corrente	2.595.409,00	
Fundo de Base Municipal – corrente	648.161,00	
Fundo de Coesão Municipal – corrente	451.219,00	
Fundo Geral Municipal – capital	1.730.271,00	
Fundo de Base Municipal – capital	432.107,00	
Fundo de Coesão Municipal – capital	300.813,00	
TOTAL	6.157.980,00	615.798,00

euros

A modalidade de empréstimo que melhor se ajusta aos fins pretendidos é o contrato de abertura de crédito em conta-corrente (artigo 23º, nº. 1 da Lei das Finanças Locais), o qual terá de ser contraído e pago dentro do mesmo ano económico. Com efeito, na abertura de crédito em conta-corrente o creditado pode não só efectuar sucessivos levantamentos como ainda efectuar depósitos, “represtinando assim o montante de crédito de que pode dispor. O município pode assim efectuar a todo o tempo reembolsos parciais, que lhe garantem a reconstituição do seu direito de saque. Considerando que: - O empréstimo a contratar, na modalidade de abertura de crédito em conta corrente, será utilizado no ano de 2007 no montante máximo permitido por Lei; - De acordo com o disposto no ponto 3.3 alínea d) do POCAL “as importâncias relativas aos empréstimos só podem ser consideradas no orçamento depois da sua contratação, independentemente da eficácia do respectivo contrato”, pelo que a inscrição orçamental dos empréstimos a curto prazo segue o mesmo regime dos de médio e longo prazo para este efeito. – Após autorização dos órgãos executivo e deliberativo municipais se pode de imediato dar início ao processo de contratação, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere favoravelmente o seguinte: 1. Aprovar a contratação de um empréstimo a curto prazo na modalidade de abertura de crédito em conta-corrente, no montante de € 615.798,00 nos termos das disposições conjugadas dos artigos 23º, nº. 1 e 24º, nº. 1 ambos da Lei das Finanças Locais e 64º, nº. 6 alínea a) da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro na redacção que lhe foi dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro; 2. Remeter a presente proposta para aprovação na próxima sessão da Assembleia Municipal em conformidade com o artigo 53º, nº. 2 alínea d) da Lei das Autarquias Locais. 3. Autorizada que seja a contracção do empréstimo em causa, deverão ser consultadas pelo menos três instituições de crédito por forma a aquilatar das condições praticadas pela banca, em cumprimento do artigo 53º, nº. 7 da Lei das Autarquias Locais. (Proposta subscrita pela Senhora Presidente)-----

Deliberação: Aprovada por unanimidade.-----

II – SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO

1 – PROPOSTA Nº. 394/06 – RATIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE 29 DE NOVEMBRO DE 2006, TITULADA PELA



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'C. Jorge'.

PROPOSTA Nº. 253/06 – “DOCUMENTOS PREVISIONAIS/2007 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO: PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS/2007 – ORÇAMENTO/2007 – Proponho que: - A Câmara Municipal delibere aprovar a deliberação do Conselho de Administração de 29 de Novembro de 2006, titulada pela Proposta nº. 253/06, que se anexa e se dá por reproduzida, nos termos e pelos fundamentos dela constantes, e posteriormente enviar à Assembleia Municipal para aprovação. (Proposta subscrita pelo Senhor Vereador Nuno Canta)-----

O Senhor Vereador Nuno Canta apresentou o seguinte Documento: “**NOTAS EXPLICATIVAS AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2007 – I – Nota Introdutória** – Os presentes documentos previsionais cumprem as regras estabelecidas no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e estabelecem as grandes opções do Conselho de Administração para o ano de 2007. Essas opções expressam objectivos de gestão e acção claros, como sejam: a) Concluir os sistemas de abastecimento público de água à população, com especial incidência na remodelação de redes antigas na cidade; b) Garantir condições de abastecimento público de água em volume, pressão e segurança; c) Atender à necessidade de melhorar a qualidade e eficiência do ciclo humano da água em todo o território concelhio; d) Aumentar progressivamente a cobertura do sistema de tratamento de águas residuais; e) Prosseguir os princípios de valorização do recurso água, do utilizador-pagador e do poluidor-pagador assegurando a equidade dos sistemas. **2 – Notas Explicativas ao Orçamento de 2007** – O valor total do Orçamento previsional para o ano de 2007 é de 4.679.900,00 Euros, um valor superior ao Orçamento previsional para o ano transacto (em 2006 o valor total foi de 3.931.050,00 Euros), mas que inclui a previsão de pagamento à SIMARSUL, S.A., de um montante de 1.510.797,00 Euros, contudo e apesar desta despesa, é inferior ao valor do orçamento de 2006, cujo montante foi de 4.684.000,00 Euros. **Da Receita:** Na **Receita Corrente**, as rubricas de maior significado são: a “**Venda de Água**”, que representa **40,00%** do total da receita corrente, e a “**Tarifa de Ligação à Rede de Saneamento**” (tarifa que as Empresas e os Particulares pagam pela ligação, do ramal de saneamento à Rede Municipal) corresponde a uma taxa de **19,00%**. Também a “**Taxa de Saneamento**”, incluída na rubrica “02-Impostos Indirectos” (empresas) e na rubrica “04-Taxas, Multas e Outras Penalidades” (Particulares), representa na sua totalidade **26,00%** da Receita. Na **Receita de Capital**, a rubrica “10-Transferências de Capital”, inclui, entre outras: **Ramais de Água e Saneamento**, pagos pelos Municípes, que representam **14,00%** do total das receitas de capital, considerando a transferência de capital de 400.000,00 Euros da Câmara Municipal. **Da Despesa:** Na **Despesa Corrente**, a rubrica com maior influência é a “01-Despesas com o Pessoal”



no valor de 1.885.000,00 Euros que diminuiu 100.880,00 Euros (5,00%) em relação ao valor previsto para o exercício de 2006. De salientar que, pelo segundo ano consecutivo, há uma diminuição desta despesa totalizando nos dois anos cerca de 9%. A rubrica "02-Aquisição de Bens e Serviços" representa 52,00% da Despesa Corrente, tendo aumentado 1.000.787,00 Euros em relação ao ano de 2006, face ao cumprimento dos compromissos com a SIMARSUL, S.A., na qual se destacam as seguintes sub-rubricas: - 020121 – **Outros Bens** – (aquisição de materiais para conservação das redes de água e saneamento, obras por administração directa e execução de ramais), que representa 4,00% da despesa corrente, tendo diminuído 10.000,00 Euros em relação ao ano de 2006; - 020201 – **Encargos das Instalações** – (inclui os encargos com a EDP), que representa 5,00% da despesa corrente que traduz uma diminuição de 35.960,00 Euros, derivado dos menores consumos de energia associados às componentes integradas na SIMARSUL, S.A.; - 020203 – **Conservação de Bens** – (inclui a conservação e reparação das redes de água e saneamento, furos, reservatórios, estações de captação e de elevação, edifícios administrativos, parque auto,...), que representa 8,00% da despesa corrente, tendo diminuído 15.000,00 Euros em relação ao ano 2006; - 020220 – **Outros Trabalhos Especializados** – (inclui as análises de água para consumo humano e águas residuais (ETAR's e CE's), os encargos com a SIMARSUL, S.A., com o programa SCGA que gere toda a facturação de água, respectivas taxas e a sua distribuição pelos CTT, e ainda, com os programas AIRC – Contabilidade, Pessoal, Gestão de Stocks, Património, Empreitadas, Obras por Administração Directa e Gestão Documental), que representa 32,00% da despesa corrente, tendo aumentado 1.096.797,00 Euros em relação ao ano de 2006, de modo a fazer face aos encargos com a SIMARSUL, S.A.. As **Despesas de Capital** encontram-se devidamente relacionadas com o PPI – Plano Plurianual de Investimentos (Investimentos previstos para 2007), no montante de 495.703,00 Euros. **3 – Notas Explicativas ao Plano Plurianual de Investimentos de 2007 – Objectivos** – Na elaboração do PPI para os anos de 2007 e seguintes foi dada continuidade aos projectos em curso dos anos anteriores, bem como à progressiva concretização dos Planos Directores Municipais de Água e Saneamento, com o objectivo de assegurar a total cobertura do concelho em termos de abastecimento de água (cuja taxa actual é de cerca de 98%) e de drenagem e tratamento de efluentes (cujas taxas actuais são de 93% e de 59%, respectivamente). De referir que em relação à drenagem e tratamento de efluentes foi considerada a programação da SIMARSUL, cuja actividade se iniciou no princípio do ano de 2005, visando a compatibilização entre os projectos incluídos no âmbito da actuação desta empresa multimunicipal (sistemas em alta constituídos por ETARs, E.E. e Emissários Interceptores), e os projectos a cargo do Município (redes de

Am
Opaje

drenagem em baixa). Assim em relação ao ano de 2007 e de uma forma genérica, definiram-se como objectivos concretizar os seguintes projectos/acções: - Remodelação e fiabilização das redes de água em Montijo, em termos de caudal e pressão, com a substituição progressiva de condutas de fibrocimentos e de diâmetros reduzidos, já não compatíveis com as novas solicitações de caudais e pressões, nomeadamente na Rua Joaquim de Almeida, Rua das Hortênsias, Rotunda da INFAL e Rua do Pocinho das Nascentes; - Ampliação do Sistema de Faias/Foros do Trapo, prevendo-se a ligação à Escola de Faias; - Reforço do Abastecimento de Água a Sarilhos Grandes, através da remodelação de condutas existentes e execução de novas condutas, bem como através da montagem de uma central hidropressora que assegure um acréscimo generalizado de pressão na rede e após as necessárias obras de adaptação do depósito existente; - Reforço do Abastecimento à parte alta da Atalaia, através da conclusão da instalação de uma central elevatória junto ao Reservatório R3 (EN4); - Execução de emissário de esgotos em Pegões (continuação que permita a ligação ao Sistema SIMARSUL, S.A.); - Execução de emissário de esgotos em Montijo e adaptação ao Sistema SIMARSUL, S.A.. Com a realização destas acções prevê-se despende um montante de 328.000,00 Euros referente ao sistema de captação e distribuição de água, e um montante de 100.203,00 Euros referente aos sistemas de drenagem de águas residuais.”-----

Deliberação: Aprovada com quatro votos a favor do Partido Socialista e três abstenções dos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata e do Senhor Vereador da Coligação Democrática Unitária.-----

Os Senhores Vereadores Nuno Ferrão e Lucília Ferra apresentaram uma **Declaração de Voto** cujo teor a seguir se transcreve: “Os documentos que nos são apresentados não incluem qualquer apresentação por parte da Administração dos SMAS que identifique as linhas de orientação, as prioridades e a estratégia de actuação desta entidade para o ano de 2007. Acresce o facto de o município do Montijo fazer parte integrante da Simarsul e que as questões de saneamento estarem fortemente centradas nesta empresa supramunicipal, contribuindo para o esvaziamento de algumas funções que anteriormente eram acometidas aos SMAS do Montijo. Na realidade, era dever dos SMAS explicar em que medida a interligação acima referida com a Simarsul teve impacto no orçamento para 2007. Com efeito, a redução verificada, face a 2006, nos custos poderá estar, ou não, associada a esse facto. Contudo, sem a devida explicação, ficamos sem perceber as razões de tal situação. Por outro, o acréscimo significativo na aquisição de serviços poderá também ser justificável. Por tudo isto, lamentamos que a Administração dos SMAS não tenha feito qualquer introdução a este tema e ao documento ora em discussão, que ajude a compreender os valores que nos



são propostos para 2007. Em relação ao PPI não podemos deixar de saudar a remodelação da rede na zona antiga da cidade, como um dos principais investimentos, situação há muito desejada pelos eleitos do PSD. Por fim, propomos que no próximo ano a Administração dos SMAS apresente uma proposta justa e equilibrada de revisão dos escalões e respectivos preços de venda da água. O PSD não poderá continuar a pactuar com uma política que penaliza os munícipes que fazem um consumo racional da água mas que cometem o “pecado” de residirem em agregados familiares mais numerosos. O actual esquema beneficia claramente os munícipes que habitam sozinhos, quer desperdicem ou não, água. O critério deverá tender para penalizar todos os cidadãos que não tenham um consumo racional da água, independentemente do número de membros da família. Por isso, deixamos o repto à Administração dos SMAS, todos os vereadores do PS, para que acolham esta nossa proposta. Assim, damos o benefício da dúvida ao actual documento. Por isso nos abtemos. No próximo ano estaremos aqui para avaliar o trabalho desenvolvido durante o exercício de 2007.”-----

III – DIVISÃO DE ECONOMIA E TURISMO

1 – PROPOSTA N.º 395/06 – AUTORIZAÇÃO PARA ALTERAÇÃO DA TITULARIDADE DA LOJA N.º 2 (PAPELARIA) – BAIRRO DAS BARREIRAS – Solicita o Senhor Jacinto Augusto Brissos Quintino, na qualidade de titular da Loja n.º 2 (Papellaria) – Bairro das Barreiras, autorização de cedência dos direitos de exploração da sua loja, à Senhora Maria João Loução Cópio Ramalho titular do Bilhete de Identidade número 8842969, emitido em 19/11/2002, pelo Arquivo de Identificação de Lisboa e com o número fiscal de contribuinte número 196564646. **Assim considerando que:** a) A pretensão da requerente está prevista no artigo 16º do Regulamento dos Mercados em vigor desde que a Câmara autorize; b) O interessado está informado sobre o valor da renda a pagar mensalmente que se fixa respectivamente em 330,30 €; c) O interessado está informado que, qualquer alteração a efectuar no referido espaço terá de ser previamente autorizada pela Câmara Municipal. **Propõe-se que:** O Executivo delibere favoravelmente a autorização para a alteração da titularidade da loja acima referida. (Proposta subscrita pelo Senhor Vereador Renato Gonçalves)-----

Deliberação: Aprovada por unanimidade.-----

IV – DIVISÃO SOCIAL, CULTURAL E DE ENSINO

1 – PROPOSTA N.º 396/06 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO DE APOIO À REALIZAÇÃO DAS COMEMORAÇÕES DO XX ANIVERSÁRIO E FESTA DE PASSAGEM DE ANO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS DEFICIENTES DE MONTIJO, NO MONTANTE DE € 600,00 – Na sequência das comemorações do XX Aniversário e da Festa de Passagem de Ano, que se realiza no dia 31 de Dezembro de 2006; **Propõe-se:** - Atribuição de subsídio de apoio à realização das comemorações das Festas de Aniversário e de Passagem de



Clara Silva

Ano no valor de 600,00€ (seiscentos euros) à Associação de Pais e Amigos dos Deficientes de Montijo. (Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Clara Silva)-----

Deliberação: Aprovada por unanimidade.-----

2 – PROPOSTA Nº. 397/06 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO DE APOIO À REALIZAÇÃO DE OBRAS NO CENTRO SOCIAL DE S. PEDRO DO AFONSOEIRO, NO MONTANTE DE € 5.000,00 – Na sequência de várias reparações nas instalações do Centro de Dia, o Centro de Acolhimento (Sol dos Meninos) e a lavandaria que incluiu obra de canalização, esgotos e outras; **Propõe-se:** - Atribuição de subsídio de apoio à realização das referidas obras no Centro Social S. Pedro do Afonsoeiro no valor de 5.000,00€ (cinco mil euros). (Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Clara Silva)-----

Deliberação: Aprovada por unanimidade.-----

V – DIVISÃO DE HABITAÇÃO

1 – PROPOSTA Nº. 398/06 – AGRUPAMENTO DO AFONSOEIRO – VENDA DE HABITAÇÕES, NA RUA DAS DESCOBERTAS, Nº. 25 – 1º DIREITO – Na sequência da deliberação de Câmara de 15.02.06 que aprovou a nova fórmula de cálculo para venda de habitações no Agrupamento do Afonsoeiro, apurou-se o valor da alienação dos fogos de acordo com os seguintes cálculos: $V=AuxPcx(0,85*Cf*Ccx(1-0,35xVt)+0,15)$. Sendo: Au – Área (68,2m²). Pc – Preço de habitação por metro quadrado (534,30€). Cf – Factor relativo ao nível de conforto (1). Cc – Factor relativo ao estado de conservação (0,68). Vt – Coeficiente relativo à vetustez do fogo (0,20). Atendendo ao pedido entrado na Câmara para compra de uma dessas habitações por parte do inquilino, **PROPONHO:** Que a Câmara autorize a venda do fogo abaixo discriminado, pelo valor constante no seguinte quadro:-----

NOME	MORADA	VALOR DE VENDA
Maria Cecília Metelo Freire	Rua das Descobertas, nº. 25 – 1º direito	25.053€

(Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Clara Silva)-----

Deliberação: Aprovada por unanimidade.-----

2 – PROPOSTA Nº. 399/06 – HOMOLOGAÇÃO DE AUTO DE VISTORIA E NOTIFICAÇÃO AO PROPRIETÁRIO – PROCESSO PO-11/06 – Na sequência do meu despacho de 28/09/06 a Comissão de Vistorias nomeada por deliberação camarária de 09/11/05 procedeu à vistoria do imóvel sito na Travessa Serpa Pinto e Praça da República, em Montijo de que é proprietário o Sr. Paulo Jorge dos Santos Futre, conforme auto que se anexa e que aqui se dá por integralmente reproduzido. – Considerando que compete à Câmara Municipal, ao abrigo do disposto nos artigos 89º e 90º do Decreto-Lei nº. 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei nº. 177/01, de 4 de Junho, ordenar, precedendo vistoria, a reparação e beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde e



segurança das pessoas e bens. **Proponho:** 1. Que a Câmara Municipal delibere homologar o auto de vistoria realizada ao abrigo dos normativos legais supracitados, determinando por consequência a execução das obras que se reputam necessárias no prazo nele indicado. 2. Que a presente deliberação bem como o Auto de Vistoria a ela apenso seja notificada ao proprietário. (Proposta subscrita pela Senhora Vereadora Clara Silva)-----

Deliberação: Aprovada por unanimidade.-----

VI – DEPARTAMENTO DE OBRAS E MEIO AMBIENTE

1 – PROPOSTA Nº. 400/06 – RATIFICAÇÃO DO AUTO DE RECEPÇÃO DEFINITIVA DA EMPREITADA DE “PAVIMENTAÇÃO DA RUA DA LIBERDADE E RUA JOÃO RAMALHO NO BAIRRO DA BOA ESPERANÇA”. PROCESSO F-22/97 – Considerando a vistoria efectuada no dia 2006.11.21 que considerou estarem os trabalhos em condições de serem recebidos definitivamente. **Proponho:** A Ratificação do Auto de Recepção Definitiva da Empreitada de “Pavimentação da Rua da Liberdade e Rua João Ramalho no Bairro da Boa Esperança”. (Proposta subscrita pelo Senhor Vereador Nuno Canta).-----

Deliberação: Aprovada por unanimidade.-----

2 – PROPOSTA Nº. 401/06 – RATIFICAÇÃO DO AUTO DE RECEPÇÃO DEFINITIVA DA EMPREITADA DE “PAVIMENTAÇÃO DO ARRUAMENTO A NORTE DO APEADEIRO DA JARDIA”. PROCESSO F-28/97 – Considerando a vistoria efectuada no dia 2006.11.21 que considerou estarem os trabalhos em condições de serem recebidos definitivamente. **Proponho:** A Ratificação do Auto de Recepção Definitiva da Empreitada de “Pavimentação do Arruamento a Norte do Apeadeiro da Jardim”. (Proposta subscrita pelo Senhor Vereador Nuno Canta).-----

Deliberação: Aprovada por unanimidade.-----

3 – PROPOSTA Nº. 402/06 – RATIFICAÇÃO DO AUTO DE RECEPÇÃO DEFINITIVA DA EMPREITADA DE “REMODELAÇÃO E CONSERVAÇÃO DA ESCADARIA DA IGREJA DA ATALAIA”. PROCESSO F-19/00 – Considerando a vistoria efectuada no dia 2006.11.10 que considerou estarem os trabalhos em condições de serem recebidos definitivamente. **Proponho:** A Ratificação do Auto de Recepção Definitiva da Empreitada de “Remodelação e Conservação da Escadaria da Igreja da Atalaia”. (Proposta subscrita pelo Senhor Vereador Nuno Canta).-----

Deliberação: Aprovada por unanimidade.-----

4 – PROPOSTA Nº. 403/06 – APROVAÇÃO DA PRORROGAÇÃO LEGAL DO PRAZO DA EMPREITADA DE “ADAPTAÇÃO DAS INSTALAÇÕES NO ARQUIVO MUNICIPAL – PAU QUEIMADO – 2ª FASE”. PROCESSO F-39/03 – Considerando que: - A empreitada referente à “Adaptação das Instalações no Arquivo Municipal – Pau Queimado – 2ª Fase”, foi adjudicada à firma Construtora Udra, Lda., por deliberação de Câmara de 27.10.2004, pelo valor de Euros: 865.740,29 (oitocentos e sessenta e cinco mil setecentos e quarenta euros e



*Am
Opige*

vinte e nove cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor e por um prazo de execução de 400 dias. – A adjudicação foi efectuada no âmbito do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março. – A consignação dos trabalhos foi assinada em 11.04.2005. – A obra teve Auto de Suspensão em 09.06.2006, por se ter detectado erros no projecto de estabilidade e teve Auto de Recomeço em 25.09.2006. – Verificou-se a necessidade de efectuar um reforço estrutural de acordo com a revisão do projecto de estabilidade, realizada pelo Instituto de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico em Ciências da Construção da Universidade de Coimbra. – Os trabalhos de revestimento de paredes, tectos e pavimentos, entre outros, na zona central do edifício, ficaram condicionados à execução dos referidos reforços estruturais. **Proponho:** A concessão de uma prorrogação legal do prazo de execução da empreitada até 21.12.2006. (Proposta subscrita pelo Senhor Vereador Nuno Canta)-----

Deliberação: Aprovada por unanimidade.-----

5 – PROPOSTA N.º 404/06 – ABERTURA DE CONCURSO LIMITADO. APROVAÇÃO DO CONVITE, DO PROJECTO, PROGRAMA DE CONCURSO, CADERNO DE ENCARGOS E DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE, REFERENTE À EMPREITADA DE “PAVIMENTAÇÃO DAS RUAS ANTÓNIO LUÍS FIDALGO E DA JUDIA EM PEGÕES”. PROCESSO F-25/2006 – Considerando que: - A necessidade de efectuarem a pavimentação das ruas em questão melhorando as condições de circulação rodoviária; - Que a obra se enquadra nas Acções do Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos dos anos 2006-2009 sob o código da classificação económica 0501/07010401 e o código/ano do projecto acção 06/2002/179. – O valor base para concurso estimado em 123.108,23€ (cento e vinte e três mil cento e oito euros e vinte e três cêntimos), com exclusão do IVA. **Proponho:** 1. A abertura de Concurso Limitado para a empreitada de “Pavimentação das Ruas António Luís Fidalgo e da Judia em Pegões”, nos termos do n.º 3 do artigo 47º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março. 2. A aprovação do Projecto, do Convite, do Programa de Concurso, Caderno de Encargos e do Plano de Segurança e Saúde da empreitada referida em epígrafe. 3. Que sejam convidadas para apresentarem propostas as seguintes empresas: - Pavia – Pavimentos e Vias, S.A.; - Britobras – Fornecimentos e Obras Públicas, Lda.; - Sociedade Industrial de Empreitadas e Construções Valente, Lda.; Calcetal 2 – Sociedade de Construções, Lda.; José Marques Gomes Galo, S.A.; M.G.P. – Manuel da Graça Peixito, Lda.; Urbiterrras – Urbanizações e Terraplanagens, Lda. (Proposta subscrita pelo Senhor Vereador Nuno Canta)-----

Deliberação: Aprovada por unanimidade.-----

6 – PROPOSTA N.º 405/06 – ABERTURA DE CONCURSO LIMITADO. APROVAÇÃO DO CONVITE, DO PROJECTO, PROGRAMA DE CONCURSO, CADERNO DE ENCARGOS E DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE, REFERENTE À EMPREI-



TADA DE "QUALIFICAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO AFONSOEIRO".
PROCESSO F-34/2006 – Considerando que: - A necessidade de se proceder à melhoria da iluminação pública; - Que a obra se enquadra nas Acções do Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos dos anos 2006-2009 sob o código da classificação económica 0501/07010410 e o código/ano do projecto acção 02/2002/171. – O valor base para concurso estimado em 90.160,00€ (noventa mil cento e sessenta euros), com exclusão do IVA. **Proponho:** 1. A abertura de Concurso Limitado para a empreitada de "Qualificação da Iluminação Pública no Afonsoeiro", nos termos do n.º 3 do artigo 47º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março. 2. A aprovação do Projecto, do Convite, do Programa de Concurso, Caderno de Encargos e do Plano de Segurança e Saúde da empreitada referida em epígrafe. 3. Que sejam convidadas para apresentarem propostas as seguintes empresas: - Filipe Serra Pito, Lda.; - ETAP SCHRÉDER – Iluminação Interior, Lda.; - Meci – Montagens Eléctricas Civas e Industriais, S.A.; - R.D.CONTREIRAS, S.A.; - ELECTROCOOP – Electricidade, CRL; - E.I.E. – Electricidade e Instalações Especiais, Lda.; APS – Estudos, Projectos e Montagens de Iluminação, Lda.. (Proposta subscrita pelo Senhor Vereador Nuno Canta)-----

Deliberação: Aprovada por unanimidade.-----
7 – PROPOSTA N.º 406/06 – RATIFICAÇÃO DA ADENDA AO PROTOCOLO DE APOIO FINANCEIRO NO ÂMBITO DO REGIME LEGAL SOBRE POLUIÇÃO SONORA – INSTITUTO DO AMBIENTE – Considerando: - Considerando que se encontra em vigor o Protocolo n.º 350/2004, celebrado entre o Instituto do Ambiente e o Município do Montijo com vista à prestação de apoio financeiro a acções de implementação do Regime Legal sobre Poluição Sonora; - Que se torna necessário alterar o prazo para pagamento da segunda e última prestação prevista no respectivo Protocolo. Propõe-se que este Executivo Municipal delibere: 1. Ratificar a adenda ao protocolo que se anexa e que se dá por integralmente reproduzido, conferindo os necessários poderes à Senhora Presidente da Câmara para nele outorgar; 2. Notificar o Instituto do Ambiente do conteúdo da deliberação tomada e enviar um exemplar do protocolo assinado. (Proposta subscrita pelo Senhor Vereador Nuno Canta)--

Deliberação: Aprovada por unanimidade.-----
Todas as deliberações tomadas foram aprovadas em minuta nos termos e para os efeitos previstos nos números 3 e 4 do artigo 27º do Código do Procedimento Administrativo.-----
E não havendo mais nada a tratar foi pela Senhora Presidente encerrada a reunião eram vinte e uma horas e catorze minutos da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada.-----



E eu, *Oldeza Isabel Pereira das Santos Jorge* Assistente Administrativa
Principal da Divisão de Gestão Administrativa do DAF, a mandei escrever,
subscrevo e assino.-----

A Presidente da Câmara

Maria Amélia Antunes
Maria Amélia Antunes